

## Reflexões sobre a modernidade e o holocausto a partir de Zygmunt Bauman

### RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar a relação entre Modernidade e Holocausto a partir das contribuições de Bauman, tendo como fio condutor de suas reflexões a ideia que o Holocausto significou o apogeu e o fracasso da racionalidade moderna. No âmago desta racionalidade reside a despolitização, desmoralização e *desjuridicização* do indivíduo. Como consequência, ocorre o fortalecimento da tecnocracia e a restrição burocrática da vida, consolidando, assim, o ideal do *Estado jardineiro* que consiste em separar o joio do trigo, mesmo que esta limpeza seja executada a partir das práticas de extermínio.

**Palavras-chave:** Modernidade; Holocausto; Extermínio; Memória; Responsabilidade.

### ABSTRACT

This research aims to investigate the relation between Modernity and Holocaust starting from of the contributions of Bauman, having as conducting wire of its reflections the idea which the Holocaust meant the apogee and the failure of the modern rationality. At the heart of this rationality lies the depolitization, demoralization and the *dejurisdiction* of individual. As consequence, occur the strengthening of the technocracy and the bureaucratic restriction of life, consolidating thus the ideal of the *Gardener State* which consists in to separate the wheat from the tare, even if this cleanness be executed from the practices of extermination.

**Keywords:** Modernity; Holocaust; Extermination; Memory; Responsibility.

---

\* Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: Jozivan2008guedes@gmail.com

## Introdução

Em torno do evento trágico da Segunda Guerra Mundial há uma pergunta fulcral que continua a desafiar não só aos intelectuais da História, da Filosofia, da Sociologia, da Psicologia, etc., mas aos indivíduos que de fora do âmbito acadêmico temem o retorno de uma nova Auschwitz: O que tornou possível o Holocausto? Suas causas estariam no antissemitismo retro-alimentado ao longo da relação entre judeus e cristãos? Seriam motivadas por uma mente psicopata como a de Hitler e seus seguidores? Teriam sido motivadas pelas forças ocultas e teleológicas do progresso histórico *vom Schlechtern zum Bessern*? Seriam tais causas resultado dos intentos de um partido político totalitário?

São variadas hipóteses, cada uma com sua legitimação e justificativa, nesse sentido, conjecturas respeitáveis. Entretanto, é possível que a gênese do Holocausto não seja sustentada simplesmente a partir de motivos religiosos, políticos, psicológicos, histórico-teleológicos, mas seja compreendida a partir da própria lógica moderna de conceber a vida, o mundo, o homem, a natureza e os valores. Este é o caminho que aponta o sociólogo Zygmunt Bauman<sup>1</sup>: a imbricação entre modernidade e Holocausto. Tal conexão é perpetrada de um modo que excede as próprias fronteiras da Sociologia, construindo-se, assim, a partir do diálogo interdisciplinar com contribuições, mormente da História, da Filosofia (em especial da Escola de Frankfurt com sua crítica à *racionalidade instrumental* e de contemporâneos como Levinas), da Literatura, e da Psicologia comportamental. Como bem salienta Benedetto Vecchi, ao entrevistar Bauman em *Identidade*:

Temos aqui um intelectual para quem o *princípio da responsabilidade* é o primeiro ato de qualquer envolvimento na vida pública. Para um sociólogo, isso significa conceber a sociologia não como uma disciplina 'independente' de outros campos do conhecimento, mas como uma disciplina que fornece a ferramenta analítica para se estabelecer uma vigorosa interação com a filosofia, a psicologia social e a narrativa. (BAUMAN, 2005a, p. 9).

A profundidade – por que não dizer filosófica – de Bauman está em ir além do puro diagnóstico ou da mera pesquisa genealógica em torno do

---

<sup>1</sup> Bauman (1925-) iniciou sua carreira na Universidade de Varsóvia, onde teve artigos e livros censurados. Em 1968 foi afastado da referida universidade por participar do influente movimento reformista que desafiou a liderança do Partido dos Trabalhadores Unidos e a subjugação dos poloneses às ordens do Partido Comunista de Moscou. Logo em seguida emigrou da Polônia, reconstruindo sua carreira no Canadá, Estados Unidos e Austrália, até chegar à Grã-Bretanha, onde em 1971 se tornou professor titular da Universidade de Leeds, cargo que ocupou por vinte anos. Em 1989, recebeu o prêmio *Amalfi*, por sua obra *Modernidade e Holocausto*. Em 1998, recebeu o prêmio *Adorno* pelo conjunto de sua obra. Durante a Segunda Guerra, fugiu para a União Soviética, onde se alistou no exército e enfrentou o nazismo. Atualmente é professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia.

Holocausto. Seguindo à advertência adorniana, ele se preocupa em corroborar o imperativo *que Auschwitz não se repita*, evocando para isso a predominância, na sociedade atual, dos traços modernos que possibilitaram a carnificina na Segunda Guerra. A questão central é como construir uma nova moralidade e racionalidade que leve em consideração a alteridade e a responsabilidade pelo outro, deslocando, assim, as relações intersubjetivas para além da liquidação e fragilidade dos vínculos que são estabelecidos no mundo hodierno.

Em outras palavras, urge a necessidade de pensar uma sociedade que conceba as relações para além do binômio vendedor-comprador e, *ipso facto*, para além da lógica do capital que inclui os *consumidores adequados* e exclui os *consumidores defeituosos* a partir da medida do potencial de consumo (Id., 2008, p. 85), tornando assim as *técnicas de aviltamento* do Holocausto uma prática vigente com uma roupagem diferente. Isso faz evocar a memória, o trauma da segregação e traz à consciência a ideia que o lugar do excluído de hoje não muito difere da situação da vítima conduzida friamente à câmara de gás. A diferença é que este em pouco tempo tem seu corpo cremado enquanto que aquele morre lentamente sob os flagelos da fome e da desigualdade. Como frisa o próprio Bauman, no mundo de desigualdades onde há poucos vencedores solitários, o destino final dos excluídos (*os desajustados do sistema*) é o lixo, isto é, o padecimento ao assistencialismo e a descartabilidade (Ibid., p. 161).

## Um esboço acerca da genealogia do holocausto

Para Bauman há duas maneiras equivocadas para tratar o holocausto: (i) concebê-lo como um evento isolado como sendo próprio da história judaica, como um produto do antissemitismo; (ii) entendê-lo como *um caso extremo*, como produto de abominável e repulsivo preconceito (Id., 1998, p. 19-20). Não se pode também atribuir a origem do Holocausto ao desequilíbrio psicológico de um único mentor. Sua tese fundamental é que

[...] o Holocausto não foi simplesmente um *problema judeu* nem fato da *história judaica* apenas. O *Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura.* (Ibid., p. 12).

Bauman acompanha Henry Feingold na hipótese que o Holocausto foi um fenômeno inusitado gestado e forjado pela própria racionalidade moderna. Ele apareceu

num veículo de produção industrial, empunhando armas que só a ciência mais avançada poderia fornecer e seguindo um itinerário traçado por uma organização cientificamente administrada. A civilização moderna não foi

a condição *suficiente* do Holocausto; foi, no entanto, com toda a certeza, sua condição *necessária*. Sem ela, o Holocausto seria impensável. Foi o mundo racional da civilização moderna que tornou viável o Holocausto (Ibid., p. 32).

Essa tese de Bauman de que o Holocausto não foi um evento meramente judeu, mas algo decorrente da própria racionalidade moderna confronta toda uma tradição que vê nesse extermínio uma prática antissemita. Em *A marca dos genocídios*, por exemplo, Michael Stivelman apresenta vários exemplos de extermínios onde o povo judeu foi tomado como alvo de extermínios. Numa de suas narrativas, evoca a guerra de independência dos ucranianos perante os poloneses, em 1648, quando os Cossacos da Ucrânia, de religião ortodoxa grega, massacraram judeus e católicos da Polônia. Os judeus que não se converteram à religião dos cossacos eram trucidados de forma extremamente brutal:

Eram esfolados vivos e atirados aos cães; tinham seus membros decepados e atirados sob os cavalos; outros eram deixados sangrando até morrer; outros enterrados vivos; mulheres grávidas tinham seus ventres perfurados por espadas e adagas, o feto retirado e lançado sobre elas; os cossacos espetavam crianças em lanças, assavam-nas ao fogo e tentavam obrigar as próprias mães a comerem-nas; mulheres eram estupradas e mortas. (ELMAN, 2001, p. 32).

Na concepção do sociólogo polonês, o Holocausto ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial desvelou o lado reverso de uma mesma moeda chamada “modernidade” que de um lado tateou o progresso, mas que de outro configurou os indícios para o Totalitarismo e desvelou o fracasso da civilização moderna. Daí a sua tese que o “[...] o Holocausto foi tanto um produto como um fracasso da civilização moderna.” (BAUMAN, 1998, p. 112).

Feingold, fazendo uma relação entre as características da racionalidade moderna e as técnicas nazistas de extermínio, afirma que

a Solução Final marca o momento crítico em que o sistema industrial europeu saiu errado; em vez de favorecer a vida, o que era a esperança original do Iluminismo, começou a consumi-la. [...] [Auschwitz] foi também uma extensão mundana do moderno sistema fabril. Em vez de produzir bens, a matéria-prima eram os seres humanos e o produto final, a morte [...]. As chaminés, que são o próprio símbolo do moderno sistema fabril, despejavam uma fumaça acre de carne humana sendo queimada. [...] Engenheiros projetaram os crematórios; administradores de empresa projetaram o sistema burocrático [...] p. 26-27).

O Holocausto significou um teste<sup>2</sup> da modernidade, isto é, um experimento ilimitado e sanguinário da máquina de funcionamento de uma ideologia

<sup>2</sup> “[...] proponho tratar o Holocausto como um teste raro, mas importante e confiável das possibilidades ocultas da sociedade moderna” (Ibid., p. 31).

totalitária, do saber e da prática modernos que usou como cobaia o próprio homem despido de direitos, personalidade e valores. O homem foi abandonado a sua manipulável, frágil e reificável corporeidade, de modo que dele só restou seu corpo nu. Essa nudez é relatada por Viktor Frankl nos seguintes termos:

Enquanto ainda esperamos pelo chuveiro, experimentamos integralmente a nudez: agora nada mais temos senão esse corpo nu (sem os cabelos). Nada possuímos a não ser, literalmente, nossa existência *nua* e *crua*. Que restou em comum com nossa vida de antes? Para mim, por exemplo, ficaram óculos e o cinto, este, entretanto, teria que ser dado em troca por um pedaço de pão, mais tarde. (FRANKL, 1999, p. 25).

A racionalidade que perpassa os campos de concentração nazistas é exclusivamente quantificadora. Nela não há singularidade, mas o indivíduo é diluído no grande todo: tudo o que lhe é peculiar perde-se no processo de massificação intencionalmente administrado. O que há é tão-somente a figura do prisioneiro a ser dizimado depois de ter suas forças exauridas num trabalho intenso e brutal em favor do progresso alemão. Conforme relata Frankl,

Auschwitz, por exemplo, quando o prisioneiro passa pela recepção, ele é despojado de todos os haveres e assim também acaba ficando sem nenhum documento. [...]. A única coisa que não dá margem a dúvidas e que interessa aos funcionários do campo de concentração é o número do prisioneiro, geralmente tatuado no corpo. Nenhum vigia ou supervisor tem a ideia de exigir que o prisioneiro se identifique pelo nome, quando quer denunciá-lo [...] (Ibid., p. 16).

Esse empreendimento representa, de um lado, o apogeu da razão técnico-instrumental, isto é, a hegemonia da *ratio* enquanto mera *calculabilidade* e o culto em torno do *homo faber* e, por outro, significou o conseqüente declínio da razão comunicativa e o esquecimento do *ζώων πολιτικών*.<sup>3</sup> Com isso não se quer dizer, conforme frisa o próprio autor, que a ocorrência do Holocausto foi *determinada* pela burocracia moderna ou pela racionalidade técnico-instrumental. Todavia, quer apenas esclarecer que tais burocracia e racionalidade quando isoladas em si mesmas – quando vazias de outro tipo de racionalidade que não

<sup>3</sup> Para Habermas, a absolutização da razão instrumental sedimentou a sociedade tecnocrática e influenciou no que ele denominou de “despolitização da esfera pública” (Cf. HABERMAS, 2006, p. 66). Em *Modernidade líquida*, Bauman versa sobre esse assunto salientando a necessidade da politização da esfera pública entendida enquanto capacidade crítica contra aquilo que impede a liberdade tanto no nível privado quanto coletivo. “A verdadeira libertação requer hoje mais, e não menos, da ‘esfera pública’ e do ‘poder público’”. Agora é a esfera pública que precisa desesperadamente de defesa contra o invasor privado – ainda que, paradoxalmente, não para reduzir, mas para viabilizar a liberdade individual.” (BAUMAN, 2003b, p. 62).

seja a limitada ao cálculo *meio e fim* – foram reduzidas pelo “Estado jardineiro”<sup>4</sup> ao *status* de mera instância possibilitadora do empreendimento nazista.

Em *Modernidade e Ambivalência*, Bauman é mais contundente em apontar a relação entre Holocausto e Estado moderno, Estado este que no seu entender

nasceu como uma força missionária, proselitista, de cruzada, empenhado em submeter as populações dominadas a um exame completo de modo a transformá-las numa sociedade ordeira, afinada com os preceitos da razão. A sociedade racionalmente planejada era a *causa finalis* declarada do Estado moderno. O Estado moderno era um Estado jardineiro. [...]. Ele deslegitimou a condição presente (selvagem, inculta) da população e desmantelou os mecanismos existentes de reprodução e autoequilíbrio (Id., 1999b, p. 29).

Não só o Estado moderno foi pautado na ambivalência do caos e da ordem, na obsessão de incluir e excluir, de separar o joio do trigo; a própria cultura moderna como um todo significou um grande canteiro seletor. Isso indica que “o genocídio moderno, como a cultura moderna em geral, é um trabalho de jardineiro.” (Id., 1998, p. 116). A eliminação de ervas daninhas era *conditio sine qua non* para o surgimento de uma sociedade perfeita, no caso dos nazistas, a raça ariana. Trata-se de viver sob o planejamento, classificação, manipulação, administração e vigilância do Estado. Isso fez com que a intolerância surgisse como algo espontâneo na modernidade.

A intolerância é, portanto, a inclinação natural da prática moderna. A construção da ordem coloca os limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação de direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado – a deslegitimação do outro. (Id., 1999b, p. 16).

É interessante notar que essa tese de Bauman que aponta a conexão entre modernidade e Holocausto não é inusitada; ela veio sendo burilada pela Escola de Frankfurt e se fez presente na própria Sociologia enquanto tal na obra do pensador francês Raymond Aron sobre *A era da tecnologia*. Sua pergunta precípua é se o progresso da racionalidade científica, tecnológica e administrativa que se forjou na modernidade tem implicações reais no progresso humano como um todo. A partir disso conclui que esse tipo de racionalidade entendida como mero meio (instrumental e eticamente neutra) pode ser usada para justificar quaisquer fins, inclusive fins absurdos como extermínios.

Os líderes do Terceiro Reich usavam uma técnica e uma administração burocrática completamente racionalizadas para arrastar milhões de seres

<sup>4</sup> O “Estado jardineiro” é aquele “que vê a sociedade sob o seu comando como objeto de planejamento, cultivo e extirpação de ervas daninhas” (Id., 1998, p. 31). Nesse caso, as ervas daninhas a serem extirpadas eram preferencialmente os judeus.

humanos às câmaras de gás e exterminá-los com o máximo de eficiência. Se admitimos que a racionalização leva à conduta moral, sem explicar os sistemáticos extermínios em massa do Terceiro Reich, devemos ser singularmente cegos. O transporte dos judeus era organizado tão racionalmente, se não mais, quanto o tráfego em Paris ou Nova York. Em resumo, enquanto a racionalidade científica, técnica, econômica ou administrativa é um puro meio, pode ser usada para qualquer fim, produtivo ou destrutivo, hospitais ou campos de concentração, bem-estar ou poder, a unificação ou a exterminação da humanidade. (ARON, 1965, p. 73).

## **À obsessão pela ordem, as técnicas de controle [aviltamento] e o sacrifício totalitário da liberdade**

Em *O mal-estar da pós-modernidade* (uma alusão à obra de Freud *O mal-estar na civilização*), Bauman sustenta a tese que a modernidade se constituiu, de um lado, sobre um excesso, uma compulsão pela ordem e, de outro, uma escassez de liberdade, de modo que a relação equilibrada entre segurança e liberdade continua um desafio da pós-modernidade. “Os homens e mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade.” (BAUMAN, 2001, p. 10). Tese semelhante se encontra nas suas reflexões sobre as consequências humanas da globalização, onde o autor afirma que

A modernização dos arranjos sociais promovidos pelas práticas dos poderes modernos visava ao estabelecimento e perpetuação do controle assim entendido. Um aspecto decisivo no processo modernizador foi, portanto, a prolongada guerra travada em nome da reorganização do espaço (Id., 1999a, p. 37).

Essa obsessão pela segurança foi exposta em termos jurídico-políticos por Hobbes quando pôs a proteção dos súditos como o fim do contrato e da obediência ao soberano (HOBBS, 2003, p. 139). Entenda-se “fim” num duplo sentido, isto é, enquanto *τελος* (finalidade) e término ou rescisão. Ou seja, na medida em que o soberano não protege seus súditos estes ficaram desobrigados a obedecê-lo. O soberano tem a prerrogativa de fazer a lei (*Auctoritas non veritas facit legem*), mas a legitimidade de seu poder reside fundamentalmente na proteção dos indivíduos que cederam sua liberdade através do pacto. Na interpretação de Horkheimer, ao tratar dos primórdios da filosofia da história burguesa (*Anfänge der bürgerlichen Geschichtsphilosophie*),

a partir de Hobbes, como a partir de Spinoza e do Esclarecimento, se expressa abertamente a confiança na forma de organização da sociedade civil burguesa. Ela mesma e seu desenvolvimento são a meta da história, suas leis fundamentais são eternas leis da natureza, a qual representa

não somente o mais alto mandamento moral, senão também a garantia para a felicidade terrena. (HORKHEIMER, 1985, p. 237)<sup>5</sup>.

Em *Comunidade*: a busca por segurança no mundo atual, esse desafio que marca o mal-estar da civilização pós-moderna está sintetizado nos seguintes termos: “a segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bom ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito.” (BAUMAN, 2003a, p. 10). A compulsão pela ordem caminhou em parceria com o *ideal de pureza* conferindo, assim, “justificativa” às ideologias segregadoras dos regimes totalitários. Subjacente ao ideal de pureza dos referidos regimes estava a construção social dos estranhos, dos anômalos. A purificação da ordem foi feita, em termos levi-straussianos, a partir das estratégias *antropofágica* (aniquilamento dos estranhos), da *assimilação* (conformidade com a ordem e diluição das diferenças), e da *antropoemia* (exclusão e confinamento dos estranhos – da diferença – nos guetos). (Id., 2001, p. 29).

Nesse sentido, toda engenharia do Holocausto tem, para o sociólogo polonês, sua origem na própria emancipação do Estado político moderno com seu monopólio da vida e suas técnicas violentadoras visando o controle social dos indivíduos, técnicas estas que resultaram no “[...] desmantelamento passo a passo de todas as fontes não-políticas de poder e todas as instituições de autogestão social.” (Id., 1998, p. 16).

Isso significa que o Holocausto foi forjado dentro de uma lógica totalitária de suspensão de direitos e liberdades fundamentais, de modo especial daqueles tidos como alvo do sistema. Foi necessário, então, instaurar um *estado de exceção*, no dizer de Agamben, a “terra de ninguém” entre o direito público e o fato político, entre a ordem jurídica e a vida, um patamar de indefinição entre absolutismo e democracia. (AGAMBEN, 2004, p. 12). Quando Hitler, em 1933, sob o *pretexto* da proteção do Estado e do povo alemão, revogou a Constituição de Weimer suspendendo os artigos que garantiam os direitos individuais, estava decretada, a partir daí, a legitimidade jurídica (mesmo através de um *direito excepcional*) para os abusos e carnificinas. Ou seja, a exceção torna-se a regra, isto é, um paradigma de governabilidade a partir do qual as ações são respaldadas. Assim,

[...] o Terceiro Reich pode ser considerado, do ponto de vista jurídico, como um estado de exceção que durou doze anos. O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. (Ibid., p. 13).

<sup>5</sup> „Aus Hobbes, wie aus Spinoza und der Aufklärung, spricht unverhüllt das vertrauen in die Organisationsform der bürgerlichen Gesellschaft. Sie selbst und ihre Entfaltung ist das Ziel der Geschichte, ihre Grundgesetze sind ewige Naturgesetze, deren Erfüllung nicht bloss höchste moralische Gebot, sondern auch die Garantie für irdisches Glück darstellt“. (Tradução minha).



Diferente de Agamben, Hannah Arendt concebe a gênese do totalitarismo como precedente ao estabelecimento do estado de exceção. Radicalmente, precede a própria tomada de poder, de modo que se pode depreender que o estado de exceção segundo o prisma de Arendt apenas daria o respaldo jurídico necessário à execução de um conjunto de ações tornando, assim, o sistema em questão hegemônico. A referida precedência é exposta nos seguintes termos:

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é feita pelos líderes dos movimentos totalitários *mesmo antes de tomar o poder* e decorre da alegação, já contida em sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana. (ARENDR, 1989, p. 373).

Destarte, no âmago, no ponto de sustentação do totalitarismo está a *lealdade* de seus integrantes. Entretanto, Arendt adverte que tal lealdade não é em relação a um líder em específico, mas diz respeito à própria lógica de funcionamento do sistema como um todo. Essa lógica totalitária funciona de modo tão perfeito que possibilita a qualquer um de seus membros a liderança e infalibilidade. Essa é a sedução, a atração do totalitarismo. Como expressa a própria autora,

o que caracteriza a sua lealdade não é a crença na infalibilidade do líder, mas a convicção de que pode tornar-se infalível qualquer pessoa que comande os instrumentos de violência com os métodos superiores da organização totalitária. (ARENDR, 1989, p. 438).

Convém ressaltar que mesmo o Holocausto não tendo, para Bauman, sua origem no antissemitismo (já que ele é fruto da própria lógica de dominação moderna), não se pode refutar o fato que os judeus foram o principal alvo do extermínio. Dos mais de 20 milhões de pessoas trucidadas, dentre elas comunistas, deficientes físicos e mentais, ciganos, homossexuais, Testemunhas de Jeová, alguns sacerdotes e religiosos cristãos, etc., em torno de 6 milhões eram judeus. No cerne do objetivo do Nazismo (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* / Partido Nacional dos Trabalhadores Alemães), que vigorou entre 1920 e 1945, estava o ideal de uma Alemanha – e depois de uma Europa – livre de judeus (*Deutschland judenfrei*). As tentativas de limpeza culminaram na *Endlösung* (Solução Final) arquitetada de modo preciso e eficaz, sobretudo por Heinrich Himmler (1900-1945), líder da SS (*Schutzstaffel* – tropa de proteção) e Ministro do Interior do *Drittes Reich*.

Com Himmler a SS, criada em 1923 objetivando a proteção dos dirigentes do Nazismo, alcançou o ápice do seu poder policial e administrativo de modo a anexar a seu comando a própria Gestapo (*Geheime Staatspolizei* / Polícia Secreta de Estado). Bauman frisa que o próprio departamento do quar-

tel-general da SS, encarregado da destruição dos judeus europeus, era oficialmente chamado “Seção de Administração e Economia”, tanto era a similaridade entre as técnicas e a organização administrativa do Holocausto e a racionalidade moderna. (BAUMAN, 1998, p. 33).

A cremação dos corpos na câmara de gás (όλόκαυστον) significou, assim, a finalização de um processo de indiferenciação e objetificação da vida, processo este sedimentado no interior da própria lógica moderna de conceber a natureza, o mundo e, em última instância, a vida. A reificação seria, assim, o fim fatal de uma racionalidade fadada ao fracasso. No dizer de Bauman, o Holocausto nos lembra até que ponto é formal e eticamente cega a busca burocrática de eficiência, de modo que a solução final nada mais foi do que “um produto da cultura burocrática” servida da divisão do trabalho, das estatísticas e de outras tantas técnicas de morte (Ibid., p. 34).

As técnicas de aviltamento seguiam o rigor dos cânones administrativos e burocráticos modernos transformando, assim, o *Sacrifício* – (não mais enquanto oferta a Deus como na tradição vetero-testamentária, mas como limpeza étnica) – numa espécie de *empresa*, de modo que toda engrenagem da *grande máquina* funcionava sob um vigilante disciplinamento onde as marcas do *profissional-nazista* eram a impessoalidade e a obediência. Isso fez com que a “piedade animal” – tida por Hannah Arendt como o instinto mais profundo do clamor pela vida – fosse indiferenciada na solução final de modo frio e calculista. Consequentemente,

o assassinio em massa contemporâneo caracteriza-se, por um lado, pela ausência quase absoluta de espontaneidade e, por outro, pelo predomínio de um projeto cuidadosamente calculado, racional. É marcado pela quase completa eliminação da contingência e do acaso, assim como pela independência face às emoções grupais e as motivações pessoais. [...] É um genocídio com um propósito. [...]. O genocídio moderno é um elemento de engenharia social, que visa a produzir uma ordem social conforme um projeto de sociedade perfeita. (BAUMAN, 1998, p. 114).

Vale salientar que a indiferença perante o sofrimento não ocorria somente com o torturador nazista, mas também com o prisioneiro, sendo que o primeiro era indiferente movido pela estratégia demandada pelo sistema (*fazia parte de sua profissão*), já o segundo gradativamente ficava insensível à dor devido à própria rotina de sofrimento sistematicamente vivenciada. Isso fica mais plausível com a leitura do seguinte relato:

Os dedos dos pés do menino estão crestados de frio, e o médico do ambulatório arranca com a pinça os tocos necróticos e enegrecidos de suas articulações. O nojo, o horror, o compadecimento, a revolta, tudo isso nosso observador já não pode sentir no momento. Padecentes, moribundos e mortos constituem uma cena tão corriqueira, depois de algumas semanas num campo de concentração, que não conseguem sensibilizá-lo mais [...]. (FRANKL, 1999, p. 30).

Segundo Frankl, a primeira reação do prisioneiro ao chegar ao campo de concentração era o “choque”, já que ele significava câmara de gás, fornos crematórios, execução em massa, mas a segunda reação, com o passar do tempo, era a “apatia”. Para o sobrevivente uma pergunta era inescapável: como encontrar sentido para a vida em tais condições? Foi a partir disso que a *logoterapia* começou a ser esboçada por Frankl, esboçada no sentido do amor, do trabalho e na superação de um sofrimento. Para Agamben, um dos sentidos para sobreviver aos horrores do campo de concentração estava pautado primordialmente na *memória*, de modo mais específico, no *testemunho*, não enquanto *terstis* (como alguém que observa de fora um litígio entre duas pessoas), mas enquanto *superstes* (alguém que viveu na carne o que testemunha aos demais). (AGAMBEN, 2008, p. 25).

## As causas de fidelização ao nazismo e a produção social da invisibilidade moral

Como o nazismo conquistara a adesão, a cumplicidade dos alemães para fins tão doentios? Albert Einstein, refletindo tal interpelação, afirma que “[...] a violência atrai inevitavelmente os seres moralmente inferiores. A história prova que os grandes tiranos são sucedidos por canalhas” (EINSTEIN, 1986, p. 37)<sup>6</sup>. Na sua visão, nenhuma autoridade, mesmo que seja a do Estado, tem o direito de exigir do indivíduo a adesão à ações criminosas, pois “o Estado existe para o homem, não o homem para o Estado. [...]. O Estado deve ser nosso servo; não nós os escravos do Estado.” (Ibid., p. 62)<sup>7</sup>. No que diz respeito à questão da culpabilidade alemã, seu parecer é que “todos os alemães são responsáveis pelo assassinato em massa e, por isso, devem ser punidos [...]” (Id., 1995, p. 145)<sup>8</sup>.

Sem se ater especificamente ao problema da culpabilidade, Bauman preocupa-se, mormente, em pensar as causas que possibilitaram a adesão e a fidelização ao nazismo. Para isso, toma por base os estudos de Hebert Kelman (professor emérito de *Ética Social* em Harvard), e aponta três condições que fizeram com que alemães comuns se tornassem obedientes perpetradores do extermínio em massa: (i) a autorização governamental da violência; (ii) a desumanização das vítimas; (iii) e a produção social da invisibilidade moral. (BAUMAN, 1998, p. 43). Essa terceira condição indica que “o sucesso técnico-administrativo do Holocausto deveu-se em parte à hábil utilização de ‘pílulas

<sup>6</sup> “[...] la violencia atrae inevitablemente a los seres moralmente inferiores. La historia prueba que los grandes tiranos son sucedidos por bribones” (tradução minha).

<sup>7</sup> “el Estado existe para el hombre, no el hombre para el Estado. [...]. El Estado debe ser nuestro sirviente; no nosotros los esclavos del Estado” (T. minha).

<sup>8</sup> “Todos los alemanes son responsables de este asesinato de masas y deben ser castigados [...]” (T. minha).

de entorpecimento moral' que a burocracia e a tecnologia modernas colocavam à disposição" (Ibid., p. 46). Isso possibilitou aos mentores e executores do extermínio, dentre outras isenções, a desculpa de que estavam apenas cumprindo ordens e, sobretudo, obedecendo à lei, como assim alegou Eichmann.

A primeira condição – autorização governamental da violência – tomou como base o propósito que "isolar os judeus de uma comunidade racionalmente pura era 'regra elementar de higiene, racial nacional e social.'" (Ibid., p. 94). Nas palavras de um assessor de imprensa do Ministério do Exterior, tratava-se de "*eine Frage der politischen Hygiene*", ou seja, uma questão de higiene (limpeza) política. A segunda condição – desumanização das vítimas – está intimamente atrelada à "desumanização dos objetos burocráticos", de modo que toda ação era sistematicamente expressa não em termos éticos, mas meramente técnicos. Uma vítima desumanizada era *uma coisa* em condições descartável e manipulável ao bel prazer do seu carrasco. Para ilustrar tal descartabilidade, Bauman evoca a seguinte interpelação de Peter Marsh: "de pé junto à cerca em Auschwitz, olhando esses esqueletos mirrados de pele encolhida e olhos encoados, quem poderia acreditar que fossem realmente pessoas?" (Ibid., p. 126).

A neutralidade ética envolta às práticas do Holocausto estivera presente também na ciência. "Com prazer, os cientistas alemães pegaram o trem puxado pela locomotiva nazista [...]. Os projetos de pesquisa tornavam-se mais ambiciosos a cada dia e os institutos de pesquisa pululavam mais e mais de gente e recursos. Fora isso, pouca coisa importava." (Ibid., p. 134). A dessacralização da natureza pela ciência moderna adquiriu nos campos de concentração uma força desproporcional em relação ao ser humano: a legitimidade para a manipulação do objeto-homem estava dada. Vale ressaltar que além do silêncio ético dos cientistas, acadêmicos, etc., Bauman também denuncia o silêncio e omissão das igrejas perante o Holocausto (exceto intelectuais, padres, pastores... que confrontaram o sistema e foram mortos).

O silêncio diante da desumanidade organizada foi o único ponto a unir as igrejas, normalmente em total desacordo. Nenhuma delas tentou reclamar sua autoridade ridicularizada. (Hitler nunca deixou a Igreja católica, nem foi excomungado). Nenhuma sustentou seu direito de fazer julgamentos morais sobre o rebanho e de impor penitência aos desgarrados. (Ibid., p. 135).

Ainda sobre a produção social da invisibilidade moral, Bauman segue os estudos do psicólogo norte-americano Stanley Milgram na sua tese que a desumanidade não é uma questão genética ou inata, mas *uma questão de relacionamentos sociais*. "Na mesma proporção em que estes são racionalizados e tecnicamente aperfeiçoados, também o são a capacidade e a eficiência de produção social da desumanidade." (Ibid., p. 181). Nesse sentido, o extermínio perpetrado pelos nazistas só foi possível a partir da *supressão social da responsabilidade moral*. Ou seja,

o Holocausto só poderia ser executado com a condição de neutralizar o impacto dos impulsos morais primitivos, de isolar a maquinaria do assassinato da esfera em que despontam e atuam tais impulsos, de torná-los marginais ou completamente irrelevantes para a tarefa a realizar (Ibid., p. 217).

A grande estratégia do Holocausto foi, nesse sentido, o distanciamento moral, a frieza, a indiferença ao rosto, ao grito, enfim, o distanciamento fabricado por racionalidade totalizadora, ambivalente e instrumental. Isso implica que “a responsabilidade é silenciada uma vez desgastada a proximidade” (Ibid., p. 213). Essa indiferença e distanciamento isentaram tanto os algozes quanto os expectadores (os omissos) do Holocausto não só de uma responsabilidade moral perante a vítima sofredora como também lhes tornaram desvergonhados fazendo, assim, do extermínio uma prática aparentemente normal e legítima a todos.

*O mundo desumano criado por uma tirania homicida desumanizou as suas vítimas e aqueles que assistiram passivamente à vitimação, o que obteve pressionando uns e outros a usar a lógica da autopreservação como meio de se absolverem da inação e insensibilidade moral. (Ibid., p. 235).*

A insensibilidade moral é decorrente da própria desagregação e *desengajamento* estabelecidos pela liquefação moderna. Tecnicamente, houve a progressão da “modernidade pesada” (*hardware*) onde o tamanho significava o poder, daí as máquinas pesadas, os altos muros das fábricas, etc., para a “modernidade leve” (*software*), tempos em que os produtos se tornaram mais voláteis e fluídos, todavia humanamente<sup>9</sup> a modernidade construiu uma subjetividade desengajada e com indivíduos cada vez mais solitários e indiferentes à dor do outro. (BAUMAN, 2003b, p. 171).

Junto com a insensibilidade moral, na base do Holocausto está a afirmação do direito do mais forte, do mais astuto, do mais ardiloso com o objetivo de fazer o possível para sobreviver ao mais fraco. A vida foi tomada com um jogo duro para pessoas duras, onde cada jogo começa do zero e a meta é chegar ao topo à custa do que quer seja. Viver significa sobreviver. O mais forte vive. Quem ataca primeiro sobrevive. Vige apenas a máxima hobbesiana *homo homini lupus*; na lei do Holocausto é normalidade

capturar, deportar, trancafiar em campos de concentração, ou aproximar a situação angustiada de toda a população do modelo do campo de concentração, demonstrar a futilidade da lei pela execução sumária de suspeitos, aprisionar sem julgamento ou prazo de soltura, espalhar o terror que aleatória ou casualmente infligia tormentos aos

<sup>9</sup> Kant já tinha advertido que o progresso técnico não era sinônimo de progresso moral. (Cf. KANT, 2006, n. 326, p. 220).

montes – foi comprovado que tudo isso serve efetivamente à causa da sobrevivência e é, portanto, 'racional.' (Id., 2004, p. 106).

## Considerações finais

Com todas essas atrocidades, o que resta do Holocausto? Para Bauman mais do que dizer algo sobre tal acontecimento, o papel do cientista social é perceber o que ele tem a dizer sobre nós modernos. Ele tem uma conotação didática e, por isso, não deve escapar à *memória*, cair jamais no esquecimento porque "a autocura da memória histórica que se processa na consciência da sociedade moderna é por isso mais do que uma indiferença ofensiva às vítimas do genocídio. É também um sinal de perigosa cegueira, potencialmente suicida." (Id., 1998, p. 12). Nesse sentido, é bem vinda a tese de Adorno quando em *Educação e emancipação* afirma que "qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita." (ADORNO, 1995, p. 119).

Auschwitz é mais do que um campo cercado de arames farpados, com milhares de corpos aviltados em vagões ou brutalmente torturados, sofrendo todo tipo de perversidade possível até a morte: significa, nas palavras de Adorno, "regressão à barbárie". Por barbárie, ele entende

[...] agressão primitiva, um ódio primitivo [...] um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás, uma tendência imanente que a caracteriza." (Ibid., p. 155). Destarte, educar equivale a "desbarbarizar".

É nesse rastro teórico que Bauman sugere uma *teoria sociológica da moralidade*. Isso pressupõe que a sociedade seja tomada como uma *fábrica de moralidade*, desmitificando, assim, a ideia de um ser moral puro ou de uma moralidade inata. A proposta é que essa nova moralidade seja embasada na *responsabilidade*. Para fundamentar essa ideia, Bauman recorre a Levinas<sup>10</sup>. "Para Levinas, 'estar com os outros', esse primaríssimo e irremovível atributo da existência humana, significa primeiro e acima de tudo *responsabilidade*." (BAUMAN, 1998, p. 211).

De fato, para Levinas a responsabilidade pelo outro constitui a estrutura fundamental da subjetividade, de modo que esta não é um para-si, mas um *para-o-outro*. "Sou eu que suporto outrem, que dele sou responsável. [...]. A minha responsabilidade não cessa; ninguém pode substituir-me." (LEVINAS,

<sup>10</sup> A presença de Levinas nas reflexões em torno do Holocausto é fundamental, dentre outros motivos, também por sua crítica à totalidade, crítica esta que, segundo o próprio, teoricamente encontrou pela primeira vez na filosofia de Franz Rosenzweig e que, na prática, foi suscitada pelos horrores da Segunda Guerra. "A minha crítica da totalidade surgiu, de fato, após uma experiência política que ainda não esquecemos" (LEVINAS, 2000, p.70).

2000, p. 92). Com isso ocorre a deposição do eu soberano, o atribuidor de sentido a tudo que perpassa seu crivo. A marca do ser não é a sua subjetividade monádica, mas a sua abertura ao outro, isto é, a intersubjetividade. Entretanto, “[...] a relação intersubjetiva é uma relação não-simétrica. Neste sentido, sou responsável por outro sem esperar a recíproca, ainda que isso me custe a vida. A recíproca é assunto dele” (Ibid., p. 90).

Anterior a qualquer classificação ontológica (ou ambivalência como refere Bauman), está a primariedade do ético. Conceber a ética como *prima philosophia* significa que eu entro em contato com o outro não a partir de uma rede categorial que o subsume aos meus conceitos, mas no outro me deparo com aquilo que há de mais peculiar, desnudo e ao mesmo tempo interpelador: o rosto. “[...] há no rosto uma pobreza essencial [...]. O rosto está exposto, ameaçado, como se nos convidasse a um ato de violência. Ao mesmo tempo, o rosto é o que nos proíbe de matar.” (Ibid., p. 78). Nessa relação, a diaconia (o serviço) precede o próprio diálogo: o rosto mande-me servi-lo.

Essa marca da alteridade na sociologia baumaniana constitui *conditio sine qua non* para se estabelecer uma relação entre o que ele denomina “proximidade social” e “responsabilidade moral”.

Sendo a responsabilidade o modo de existência do sujeito humano, a *moralidade é a estrutura primária da relação intersubjetiva*. [...] A responsabilidade, esse tijolo constitutivo de todo comportamento moral, surge da proximidade do outro. Proximidade significa responsabilidade e responsabilidade é proximidade (BAUMAN, 1998, p. 212).

Enfim, Bauman deixa claro que “a importância atual do Holocausto está na lição que ele traz para toda a humanidade. [...] Em *um sistema em que a racionalidade e a ética apontam em sentidos opostos, o grande perdedor é a humanidade*.” (Ibid., p. 236). Esse ensinamento indica que o triunfo do nazismo se deu a partir do momento que separou o político do ético, transformando seu modo de governar em mera técnica e execução de ideologias autorreferencialistas, isto é, ideologias que não se sujeitavam a qualquer espécie de julgamento, avaliação ou crítica, a não ser à avaliação sistemática e burocrática da perfeição das execuções, do cumprimento de ordens, do bom funcionamento da câmara de gás, da pilhagem dos cadáveres, etc. Nesse sentido, é bem vinda a crítica a advertência de Levinas: “A política deve, com efeito, poder ser sempre controlada e criticada a partir da ética.” (LEVINAS, 2000, p. 72), algo já salientado por Kant quando afirma que “a verdadeira política não pode, pois, dar um passo sem antes prestar homenagem à moral [...], pois esta corta o nó que aquela não consegue desatar quando surgem divergências entre ambas.” (KANT, 2010, p. 74).

## Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo sacer III)*. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Estado de exceção: homo sacer II, I*. Tradução Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARON, R. *A era da tecnologia*. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros, 1965.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

\_\_\_\_\_. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003b.

\_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução Mauro Gama e Cláudia Gama. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

\_\_\_\_\_. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999b.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e holocausto*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

EINSTEIN, A. *Sobre el humanismo: Escritos sobre política, sociedad y ciencia*. Publicado en inglés por Carol Publishing Group, Nueva York. Traducción de Juan Castilla Plaza. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.

\_\_\_\_\_. *La lucha contra la guerra*. Recopilado por Alfred Lief. Traducción de R. Martínez de Vedia. Presentación de A. López Campillo. Madrid: Las ediciones e la Piqueta, 1986.



FRANKL, V. E. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. 10. ed. Tradução Walter Schlupp. Petrópolis: Vozes, 1999.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2006.

HOBBS, T. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. Tradução João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HORKHEIMER, M. *Gesammelte Schriften*. Band 2: Philosophische Frühschriften (1922-1932). Herausgegeben von Alfred Schmidt und Grunzelin Schmidt Noerr. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 1985.

KANT, I. *À paz perpétua*. Tradução Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM, 2010.

\_\_\_\_\_. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Tradução Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

LEVINAS, E. *Ética e infinito: diálogos com Philippe Nemo*. Tradução João Gama. Lisboa: Edições 70, 2000.

STIVELMAN, M. *A marca dos genocídios*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.